

Editorial

Entre os vários desafios que o Brasil precisa enfrentar para se desenvolver, resgatar o papel da Ciência e Tecnologia como área estratégica é certamente um dos mais importantes.

Atualmente, cerca de 80% das pesquisas no Brasil estão vinculadas aos programas de pós-graduação, segundo a Agência Nacional de Pós Graduação (ANPG). No entanto, apesar da importância dos pós graduandos, nesse percentual das pesquisas, percebe-se uma desvalorização dos seus trabalhos, fato esse incompatível com o desejo do Brasil de se tornar um importante centro de pesquisa acadêmica.

Ainda, segundo dados da mesma agência, as bolsas de mestrado e doutorado estão congeladas há 70 meses, pois o último reajuste ocorreu em 2013. Isso significa seis anos sem, sequer, haver uma correção da inflação.

Em 2019, as bolsas de mestrado e doutorado oferecidas para pesquisadores dentro do país, variam de R\$ 1.500 a R\$ 2.200. Entretanto, esses valores, em algumas regiões do país, inviabilizam o sustento do pesquisador. Além disso, esse é um auxílio financeiro temporário e que exige dedicação exclusiva.

A carreira científica deve ser compreendida como um trabalho de extrema relevância para o país, pois somente desta forma, a remuneração dessas bolsas terá reajustes anuais de acordo com a variação da inflação.

A resultante de tanta desvalorização é um desestímulo à carreira científica para muitos jovens, e os que insistem, muitas vezes, se veem obrigados a buscar oportunidades no exterior.

Um país com tanto potencial como o Brasil não deveria aceitar, com naturalidade, essa “fuga de cérebros” que vem ocorrendo por conta dessa falta de investimentos em ciência e tecnologia. Tão pouco admitir que a carreira científica deixe de ser uma opção viável para as novas gerações. Na verdade, estamos perdendo talentos e financiando, indiretamente, o desenvolvimento de outros países.

Apesar de estar claro que valorizar a ciência e tecnologia é investir no futuro do país, recentemente o governo federal anunciou o decreto de contingenciamento de verbas dos ministérios, publicado no Diário Oficial da União (DOU), do dia 29 de março de 2019.

Segundo o Decreto, o Ministério da Educação, por exemplo, teve 5,83 bilhões de reais bloqueados, sendo essa área a que mais sofreu. Já no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicação (MCTIC), o congelamento representa uma redução de 2,13 bilhões de reais, o que em termos percentuais equivale ao segundo maior bloqueio (41,97%), quando comparado a outros ministérios.

Experiências pelo mundo claramente demonstram que desenvolvimento e redução de desigualdades estão diretamente correlacionados ao nível de investimento em educação e ciência e tecnologia realizado pelo governo, inclusive em épocas de crise econômica. Espera-se que essas experiências sirvam de exemplo para que se repense esse contingenciamento de verbas em áreas de tamanha relevância econômica e social para o país.

Gabrielle Trindade

Editora da RIC